



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Plano de Desenvolvimento Institucional

2014 – 2018

Porto Alegre, novembro de 2014.

©2014 Escola de Saúde Pública
Todos os direitos desta edição reservados
À Escola de Saúde Pública – ESP/RS

Elaboração, distribuição e informações

Escola de Saúde Pública – ESP/RS
Avenida Ipiranga, 6311
CEP 90610-001 – Porto Alegre – RS
www.escoladesaudepublica.rs.gov.br

R585p Rio Grande do Sul. Secretaria da Saúde. Escola de Saúde Pública.
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018/Escola
de Saúde Pública. Porto Alegre, 2014.

66 p.

1. Desenvolvimento Institucional. 2. Planejamento. I. Secretaria
da Saúde do Rio Grande do Sul. II. Escola de Saúde Pública. III. Título.

NLM WA 541.DB8

Catálogo na fonte – Centro de Informação e Documentação em Saúde – CEIDS/ESP/SES/RS



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

Plano de Desenvolvimento Institucional

2014 – 2018

Governador

Tarso Fernando Herz Genro

Vice-Governador

Beto Grill

Secretária de Saúde

Sandra Maria Sales Fagundes

Diretora da Escola de Saúde Pública

Waleska Antunes da Porciúncula Pereira

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	08
2 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	10
2.1 Identificação da Mantenedora e da Mantida.....	10
2.2 Missão.....	10
2.3 Visão.....	11
2.4 Valores.....	11
2.5 Objetivos.....	11
2.6 Áreas de Atuação.....	12
2.7 Metas.....	13
3 HISTORICO DA FORMAÇÃO NA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	15
4. PRINCIPAIS ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO	26
4.1 Residência Integrada em Saúde.....	26
4.2 Ensino de Pós-graduação.....	32
4.3 Educação Profissional.....	35
4.4 Educação em Saúde Coletiva.....	36
4.5 Pesquisa.....	37
5 POLÍTICAS ARTICULADORAS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	39
5.1 Política de Ensino.....	39
5.2 Política de Pesquisa.....	39
5.3 Política de Extensão.....	40
5.4 Política de Gestão.....	41
6 PRINCIPIOS FILOSOFICOS E TEÓRICOS-METODOLOGICOS	43
6.1 Marcos Conceituais da Educação em e na Saúde.....	43
6.2 Concepção de Currículo.....	44
6.3 Concepção de Ensino-aprendizagem.....	46
6.4 Concepção de Avaliação.....	49
6.5 Processo de Avaliação.....	50
6.6 Linhas de Pesquisa.....	51
7 PERFIL DO EGRESSO	53
8 CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO ...54	
9 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA	55
9.1 Estrutura da Escola.....	55
9.1.1 Direção.....	55
9.1.2 Colegiado.....	56
9.1.3 Assessorias.....	56

9.1.4 Divisões/Coordenações.....	57
10 CARACTERIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO	61
10.1 Instalações Físicas	61
10.2 Laboratórios	62
10.3 Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde - Biblioteca ..	62
REFERÊNCIAS.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Cursos de Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem, realizados no período de 1975-2006	17
Quadro 02: Distribuição das vagas da Residência Multiprofissional em Saúde (RMULTI), na ESP/RS, por categoria profissional, área de ênfase e município no período de 2011-2015	29
Quadro 03: Distribuição das vagas da Residência Médica, na ESP/RS, segundo as áreas de ênfase e município no período de 2011-2015	31
Quadro 04: Distribuição das vagas da Residência Médica dos programas desenvolvidos por municípios/instituições em parceria com a ESP no período 2014-2015	32
Quadro 05: Principais atividades no âmbito da pós-graduação no período de 2011-2014	35
Quadro 06: Principais atividades no âmbito da Educação Profissional no período 2012-2015	35
Quadro 07: Principais ações e atividades realizadas pela Educação em Saúde Coletiva no período de 2011-2014	36
Quadro 08: Acervo do Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Coordenadorias Regionais de Saúde.....	20
Figura 02: Organograma da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul ...	55



1 APRESENTAÇÃO

A Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESP/RS) tem assumido o compromisso com a formação, a educação permanente, a pesquisa e a produção de conhecimentos em saúde em consonância com os preceitos constitucionais e éticos do SUS.

Desde sua promulgação, a Constituição Federal atribui como uma das competências do SUS “ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde” e “incrementar na sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico”. A Lei Orgânica da Saúde, nos Art. 12 e 13, indica a criação de comissões intersetoriais com a finalidade de articular programas e políticas de interesse para a saúde, entre elas os recursos humanos e a ciência e tecnologia. E, nos termos do Art. 14 afirma que “deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre serviços de saúde e instituições de ensino profissional e superior”, com a finalidade de propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação de trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

A construção de um Sistema Único de Saúde com qualidade e resolutividade, que atenda às necessidades dos indivíduos e populações, passa pela qualificação da gestão, da atenção, do controle social e da educação popular em saúde.

A educação em saúde coletiva compreende ações que partem dos princípios e diretrizes do SUS, e que se materializam na formação e pesquisa no âmbito da saúde. Desta forma, é preciso planejar, desenvolver, e executar ações de educação em saúde que levem em conta as necessidades locais, partindo da integração necessária para a construção de uma política de saúde efetiva. Tal integração deve ser produzida a partir de um trabalho em conjunto com os demais departamentos da Secretaria Estadual de Saúde e na intersectorialidade com outras Secretarias de Governo. Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) visa reafirmar este compromisso ético com o SUS e com seus trabalhadores.

Para a elaboração deste PDI, foi constituído um grupo de trabalho, com representação das coordenações técnicas da ESP/RS, que buscaram resgatar o trabalho já produzido em vários momentos de sua história. Este plano é fruto do

trabalho desenvolvido com a contribuição dos profissionais que ora constituem a escola e também de outros que por aqui passaram e deixaram seu legado. Podemos dizer que se trata da atualização de um plano que já está em desenvolvimento e que servirá de “norte” para o trabalho da ESP/RS nos próximos anos. Sua socialização e implementação é de responsabilidade de todos os atores envolvidos com a instituição.

Nas próximas páginas, serão descritos a identificação institucional, o histórico da formação na ESP/RS, as principais atividades em desenvolvimento, as políticas articuladoras do processo ensino-aprendizagem, os princípios filosóficos e teórico-metodológicos. Será ainda apresentada, a organização acadêmica e administrativa, a caracterização da infraestrutura e do corpo docente e técnico-administrativo da instituição.

Acreditamos que este Plano de Desenvolvimento Institucional contribuirá para superação dos obstáculos e desafios para a construção da escola que queremos, cumprindo seu papel na construção e consolidação do SUS.

2 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 Identificação da Mantenedora e da Mantida

A **Mantenedora** da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul é o GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL.

Nome: Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul

CNPJ: 87958625/0001-49

Endereço: Avenida Borges de Medeiros, 1501, 5º e 6º andar

Cidade: Porto Alegre - RS

Fone: (51) 3288-5800

Dirigente da Mantenedora: Sandra Maria Sales Fagundes

A instituição **Mantida** é a Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

CNPJ: 87958625/0006-53

Endereço: Avenida Ipiranga, 6.311

Cidade: Porto Alegre - RS

Fone: (51) 3901-1463

E-mail: esp@saude.rs.gov.br

Dirigente da Mantida: Waleska Antunes da Porciúncula Pereira

Dados do responsável legal:

CPF: 383031750-68

RG/Órgão Expedidor: 4002902874 - SSP/RS

Cargo: Diretora

E-mail: waleska-pereira@saude.rs.gov.br

2.2 Missão

A gestão da educação em Saúde Coletiva no Estado, desenvolvendo ações de formação, educação permanente, pesquisa, extensão e produção de conhecimentos, que contribuam para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população gaúcha.

2.3 Visão

Ser um Centro de Educação e Pesquisa em Saúde, reconhecido por sua excelência na formação e educação permanente, em inovação, pesquisa e extensão e demais ações que contribuam para o aperfeiçoamento das práticas, a promoção da saúde da população e o fortalecimento do SUS.

2.4 Valores

1. Democratização do conhecimento e da participação
2. Cooperação e integração
3. Solidariedade
4. Compromisso e ética
5. Integração entre trabalho e educação
6. Equidade
7. Atuação Intersetorial
8. Gestão compartilhada
9. Respeito à diversidade
10. Inovação contínua

2.5 Objetivos

À Escola de Saúde Pública tem como objetivos:

I – promover e desenvolver a educação e a produção de conhecimento no campo da saúde por meio do ensino, da pesquisa, das atividades de extensão educativa, da difusão de informação científica, documental e de educação popular e da articulação interinstitucional e intersetorial, de modo a contribuir para a melhoria das condições de saúde da população do Rio Grande do Sul;

II – participar da elaboração e desenvolvimento de programas/estratégias, estudos e projetos específicos de educação permanente, desenvolvimento institucional e inovação em saúde na SES, em articulação com a Divisão de Recursos Humanos do Departamento Administrativo;

III – promover intercâmbio e fomentar cooperação técnica e convênios com instituições estaduais, nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento de

ações de pesquisa e educação permanente em saúde, buscando ampliar a cobertura e qualificar os programas educacionais;

IV – promover e estimular ações articuladas com as Secretarias Municipais de Saúde e os Conselhos de Saúde, oferecendo assessoria técnica e orientação para o desenvolvimento de atividades de educação em saúde coletiva e pesquisa;

V – buscar continuamente a qualidade nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e documentação, caracterizando a ESP/RS como um centro de educação e pesquisa potencializador da educação em saúde coletiva e da produção intelectual para o Sistema Único de Saúde;

VI- coordenar e implementar suas ações de forma descentralizada no interior do Estado, por meio dos Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva (NURESC) e Unidades Regionais da ESP/RS.

2.6 Áreas de Atuação

A Escola de Saúde Pública atua nas seguintes áreas:

I – educação superior, sob forma de cursos e programas, conforme diretrizes da educação nacional; ensino de pós-graduação *lato sensu*, sob forma de cursos de especialização ou aperfeiçoamento e assessoramento científico;

II – educação em ambiente de serviço, sob a forma do Programa de Residência Integrada em Saúde (RIS);

III – ensino profissional, sob forma de cursos de habilitação profissional, qualificação básica e especialização em área profissional;

IV – educação continuada e permanente para profissionais de qualquer escolaridade, inseridos no Sistema Único de Saúde, incluindo a oferta de cursos de capacitação para a implementação de propostas e protocolos técnico-sanitários e a realização de eventos/científicos e/ou de debates e reflexão;

V – gerenciamento dos recursos informacionais, documentais, recuperação e preservação da memória histórico-institucional da saúde pública/saúde coletiva gaúcha, por meio do Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde (CEIDS);

VI – pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito científico tecnológico e de acompanhamento dos recursos humanos em saúde.

2.7 Metas

- Credenciamento junto ao Ministério da Educação dos cursos de especialização:
 - Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública (modalidade presencial);
 - Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Vigilância em Saúde (modalidade presencial);
 - Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão da Atenção Hospitalar (modalidade presencial);
 - Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Participativa, Políticas Públicas e Saúde (modalidade semipresencial/EAD);
 - Curso de Especialização/Aperfeiçoamento em Educação e Informação em Saúde com ênfase em Educação Popular em Saúde (modalidade presencial).
- Credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação dos cursos técnicos:
 - Curso Técnico em Enfermagem;
 - Curso Técnico em Vigilância em Saúde;
 - Curso Técnico em Hemoterapia;
 - Curso Técnico em Saúde Bucal;
 - Curso Técnico em Registros e Informações em Saúde.
- Reestruturação da área física existente, qualificação da infraestrutura e da logística da ESP/RS (materiais, equipamentos e ferramentas educacionais para EAD).
- Fortalecimento dos NURESC enquanto instâncias descentralizadas da ESP/RS, qualificando sua infraestrutura e logística.
- Implantação de Unidades Regionais da ESP/RS, sob coordenação dos NURESC, com espaços para a realização de cursos técnicos e de especialização descentralizados, incorporando em sua estrutura os laboratórios de ensino

macrorregionais e os Núcleos de Informação e Documentação em Saúde (NIDS) existentes.

- Desenvolvimento de estratégias de Educação Permanente (formação, qualificação e aperfeiçoamento dos trabalhadores, gestores e conselheiros de saúde) na temática das redes de atenção à saúde e atenção básica, na área de vigilância em saúde, planejamento e gestão, controle social, participação e movimentos sociais.
- Implementação de redes de apoio intersetorial nas Regiões de Saúde fortalecendo as ações de Educação em Saúde Coletiva.
- Qualificação da gestão e desenvolvimento da pesquisa na ESP/RS com o fortalecimento da Estação Observatório de Recursos Humanos em Saúde, do Comitê de Ética, da implementação das Linhas de Pesquisa, do Boletim da Saúde e outras publicações.
- Consolidação da Política Estadual de Residência Integrada em Saúde fortalecendo o processo de ampliação, descentralização, desinstitucionalização e configuração em redes.
- Implementação de programa de educação permanente para os servidores da ESP/RS, incluindo a qualificação pedagógica.
- Atualização do decreto que define a estrutura básica da SES, formalizando a atual organização administrativa da ESP/RS.
- Atualização do Regimento Escolar e do Projeto Político Pedagógico da ESP/RS.
- Elaboração de projeto para ampliação e/ou construção de novas instalações para a ESP/RS.
- Ampliação do quadro dos servidores da escola com a nomeação dos profissionais concursados priorizando o ingresso de: assessor jurídico, contador, analista de sistemas, auxiliares administrativos, técnico de informática, estatístico, médico de família e comunidade, enfermeira, assistente social, nutricionista, pedagogo, jornalista, farmacêutico, psicólogo, fisioterapeuta, sociólogo, terapeuta ocupacional.

3 HISTÓRICO DA FORMAÇÃO NA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

No Rio Grande do Sul, muito antes do movimento da Reforma Sanitária, em 1962, é criada a Escola de Saúde Pública por meio do Decreto Estadual nº 13.812, de 11 de julho de 1962, vinculada a Secretaria da Saúde. (Art. 2º, 3º e § único) A ESP/RS tem como finalidade a realização de cursos anuais e regulares para a formação de técnicos nos diversos setores da Saúde Pública. A partir desta data, todos os Cursos ou Escolas existentes na Secretaria da Saúde passam a integrar a ESP. A Escola de Auxiliares de Enfermagem, criada pelo Decreto nº 5.027, de 30 de junho de 1954, somente passará a integrar a Escola de Saúde Pública, quando esta for oficializada pelo Governo Federal.

Ao longo dos anos a ESP/RS foi acumulando experiência, redimensionando suas atividades e contribuindo para a formação dos trabalhadores da saúde. Em 1975 teve início o primeiro Curso de Saúde Pública da ESP/RS denominado Curso Básico Regional de Saúde Pública, buscando mudar o ensino tradicional e normativo de Saúde Pública instituído nos treinamentos até então realizados (ARMANI, 2006).

Em 1976 o Sistema de Saúde Murialdo, hoje vinculado a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, iniciou no Brasil o Programa de Residência em Saúde Comunitária (ARMANI, 2006). A ESP/RS foi pioneira em nível nacional nesta modalidade de formação e atuou como o principal centro formador em saúde pública do país e acolheu estudantes de vários Estados.

No Brasil, no final dos anos 70, no século XX, o esgotamento do modelo econômico, social e político do governo militar propiciou uma mobilização pela redemocratização. Frente à crise financeira na Previdência Social e no modelo de privatização da área da saúde, na década de 80, o movimento sanitário se fortalece oferecendo uma alternativa. Em 1986, a partir da crescente mobilização iniciada nos períodos anteriores, ocorre a 8ª Conferência Nacional de Saúde que conquista a legitimação e o apoio político de um verdadeiro programa para a Reforma Sanitária, garantindo a saúde como direito de todos e dever do Estado.

A Reforma Sanitária brasileira, a despeito de todo o arcabouço legislativo, encontra-se ainda em fase de afirmação: na prática, ainda se trabalha na lógica da

saúde unicamente como ausência de doenças; a formação dos profissionais de saúde ainda é muito focada na clínica, na especialidade, e numa perspectiva corporativa; a saúde dos profissionais ainda está longe dos ideais desejados; o investimento de recursos na saúde ainda é pequeno. Assim, na consolidação da Reforma, Campos (1994), afirma a importância de levar em conta aspectos como a concepção de saúde-doença, e os princípios de integralidade da atenção, regionalização, hierarquização da rede de serviços e a intersetorialidade.

Em diferentes cenários políticos, ao longo de sua existência, a ESP/RS foi ampliando e diversificando sua área de atuação, no cumprimento de sua missão de gestão da educação no Estado, desenvolvendo ações de formação, educação permanente, pesquisa, extensão e produção de conhecimentos, que contribuam para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população gaúcha. Neste sentido vem promovendo cursos de pós-graduação, programas de residência médica e multiprofissional e cursos de especialização em área profissional, cursos de aperfeiçoamento, cursos de educação profissional, bem como atividades de pesquisa e extensão.

Também tem realizado cursos de atualização em diferentes temas como: saúde do idoso; violência e saúde; saúde mental; estratégia de redução de danos; participação e controle social; saúde indígena; consciência negra; odontologia para pessoas com deficiência; mapeamento de movimentos sociais na saúde; formação de agentes comunitários em saúde, entre outros.

A Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul iniciou seu trabalho com Educação Profissional em 1954, com a finalidade de profissionalizar os trabalhadores da Área de Enfermagem. A formação profissional constitui-se, portanto, num dos pilares estruturais da criação da Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Durante seus primeiros anos, suas atividades estiveram ligadas basicamente a formação de auxiliar de enfermagem. Desde então se percebe a relação primordial que se estabelece com educação profissional. Até o ano de 2006, a ESP/RS realizava o curso Técnico de Enfermagem, sendo uma referência no estado na

formação de profissionais nesta área. A retomada deste curso é uma das metas institucionais bem como a oferta de novos cursos.

Quadro 01: Cursos de Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem, realizados no período de 1975-2006

NOME DO CURSO	PERÍODO	Nº de VAGAS
Curso Auxiliar de Enfermagem	1975 - 1976	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1977 - 1978	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1979-1980	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1981 - 1982	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1983 - 1984	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1985 - 1986	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1987 - 1988	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1989 - 1990	30
Curso Auxiliar de Enfermagem	1990 - 1991	40
Curso Auxiliar de Enfermagem	1992 - 1993	40
Curso Auxiliar de Enfermagem	1994 - 1995	40
Curso Auxiliar de Enfermagem	1996 - 1997	40
Curso Auxiliar de Enfermagem	1998 - 1999	30
Curso Técnico de Enfermagem	2001 - 2002	30
Curso Técnico de Enfermagem	2001 - 2004	30
Curso Técnico de Enfermagem	2002 - 2002	30
Qualificação de Auxiliar de Enfermagem	2001 - 2004	337
Curso Técnico de Enfermagem	2002 - 2004	425
Curso Técnico de Enfermagem	2003 - 2006	30
Curso Técnico de Enfermagem	2004 - 2006	30

Fonte: Relatórios da Secretaria Acadêmica da ESP/RS.

Em 30 de abril de 2004 (DOE de 03 de maio de 2004), através do Decreto número 43.069, foi incluída na Estrutura básica da SES/RS a Escola Técnica em Saúde, o que possibilitou a criação da Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul - ETSUS/RS através do Decreto 45.560 de 19/03/2008. Entretanto, a partir do parecer jurídico AJ/SES Nº303/2010, ficou estabelecido que sendo a ESP/RS um departamento, já previsto no decreto estadual Nº44.050/2005, a ETSUS constitui-se como uma divisão interna da ESP/RS, devendo ser acrescentada ao referido Decreto. Essa alteração legal não foi realizada, porém tal fato, segundo o mesmo parecer, “não a torna administrativamente independente, pois não há sentido administrativo manter-se dois setores desta Pasta diferentes atuando na mesma área, mas sim integrarem-se plenamente” (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Nesse sentido, a ETSUS constitui-se como uma das

coordenações/divisões da ESP/RS intitulada Coordenação de Educação Profissional.

Os programas, projetos e ações de educação profissional executados/coordenados pela ESP/RS, atendem prioritariamente, as demandas regionais de formação técnica de nível médio em saúde, com base nos princípios e diretrizes do SUS.

Na educação profissional, a ESP/RS destaca-se, além da formação de ACS, pelos Cursos de Qualificação em Redução de Danos, Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso e Auxiliar de Saúde Bucal realizados com recursos federais (Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde - PROFAPS, Política de Educação Permanente em Saúde - EPS, Agentes Comunitários de Saúde - ACS).

A ESP/RS por sua atuação na área da educação profissional é uma das escolas que compõem a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS) que foi instituída por meio de portaria 1.298, no dia 28 de novembro de 2000.

Em 2005, por meio do Decreto Estadual 44.050, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Saúde, as atividades da Escola são atualizadas tendo como competências:

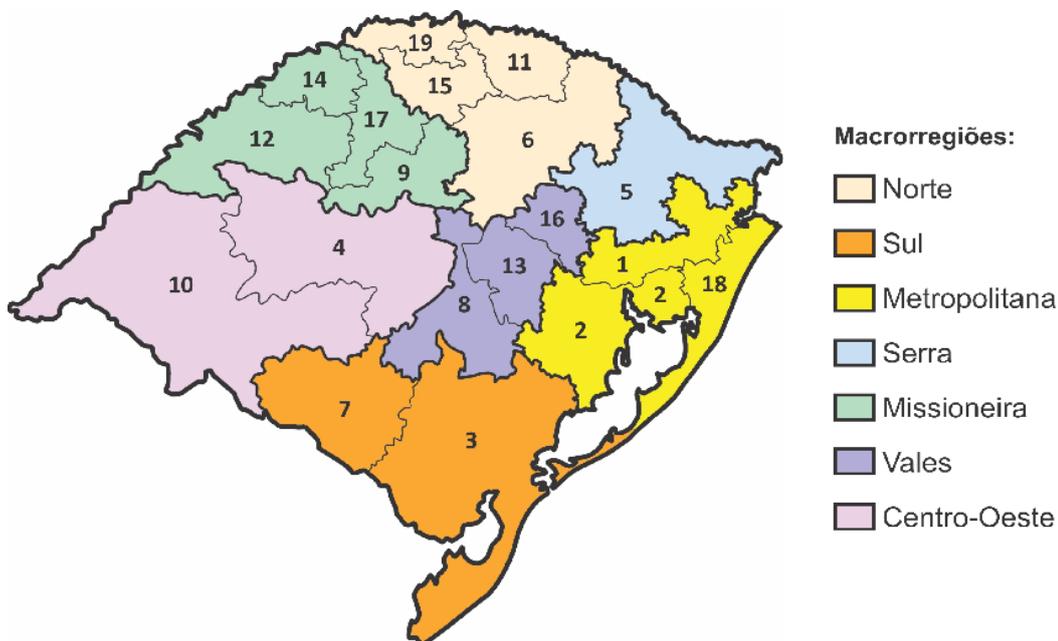
[...] promover e executar [...] o desenvolvimento de recursos humanos da secretaria da Saúde; assessorar os municípios no que se refere a implementação dos sistemas municipais de saúde, em conjunto com as Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS); promover estudos e pesquisas sobre assuntos de interesse do Setor da Saúde; promover convênios, acordos [...] para ensino, estudo e pesquisa, visando a troca de informações e a cooperação nos programas compreendidos em seu âmbito de ação. (RIO GRANDE DO SUL, 2005)

Nesse mesmo movimento, as Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) também são reafirmadas no seu papel de responsabilidade pelo planejamento, acompanhamento e gerenciamento do sistema regional de saúde, numa relação permanente de cooperação técnica, operacional e de diálogo com os municípios, com o objetivo político de organizar os sistemas e serviços de saúde, segundo os princípios do SUS. Nas CRS existem os Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva (NURESC), instâncias descentralizadas da Escola de Saúde Pública.

Oficialmente os NURESC foram criados pela portaria SES/RS nº39, de 1º/12/2000. Entre suas principais metas estão: articular o desenvolvimento científico e tecnológico regional em saúde coletiva; desencadear uma política de formação e de educação continuada junto aos municípios em cada CRS; articular os órgãos formadores, as Organizações Não Governamentais (ONG) e os movimentos sociais - no âmbito regional - nas áreas de interesse do SUS voltados para os serviços de saúde, para o debate das políticas públicas em saúde e para a construção do sistema municipal e regional de saúde. Estes Núcleos representam uma das mais importantes estratégias políticas adotadas pela ESP/RS, tematizando e descentralizando a capacitação, a pesquisa e a documentação em saúde como tarefa da condução política do SUS.

Os municípios-sede dos NURESC são: 1ª CRS: Porto Alegre, 2ª CRS: Porto Alegre, 3ª CRS: Pelotas, 4ª CRS: Santa Maria, 5ª CRS: Caxias do Sul, 6ª CRS: Passo Fundo, 7ª CRS: Bagé, 8ª CRS: Cachoeira do Sul, 9ª CRS: Cruz Alta, 10ª CRS: Alegrete, 11ª CRS: Erechim, 12ª CRS: Santo Ângelo, 13ª CRS: Santa Cruz do Sul, 14ª CRS: Santa Rosa, 15ª CRS: Palmeira das Missões, 16ª CRS: Lajeado, 17ª CRS: Ijuí, 18ª CRS: Osório e 19ª CRS: Frederico Westphalen.

A proposta de expansão da ESP/RS é de configurar-se como Centro de Educação e Pesquisa, tendo os NURESC como coordenadores de unidades descentralizadas. Desta maneira, podem-se desenvolver tanto atividades presenciais descentralizadas e regionalizadas quanto atividades à distância, em ambientes adequados, com tutores apropriados das realidades locais, mantendo os processos administrativos centralizados e buscando preservar em seu princípio educativo a integração ensino-serviço, respeitando as pluralidades regionais.

Figura 01: Coordenadorias Regionais de Saúde

Fonte: http://www.saude.rs.gov.br/lista/104/Coordenadorias_Regionais. Acesso: Nov., 2014.

Em 2000 também foram criados os Polos de Educação em Saúde Coletiva precursores das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES) responsáveis pela condução da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no estado. Foi nesta época que pela primeira vez a ESP passou a se relacionar com o ensino de graduação, quando foram gestadas as primeiras Vivências Estágio na Realidade do SUS (VER-SUS).

Atualmente os NURESC são fundamentais para a consolidação da Gestão da Educação em Saúde Coletiva, atuando junto à CIES Estadual e as CIES Regionais, participando do processo de construção, desenvolvimento e aplicação do Plano Estadual de Educação Permanente.

Um dos cursos mais marcantes da ESP/RS é o Curso de Especialização em Saúde Pública (CESP), o qual teve a primeira edição em 1975 em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ/MS). Nos anos de 1992, 1993 e 1994 a parceria foi com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e nos anos de 1995, 1996 e 1997 com a ENSP/FIOCRUZ e UFRGS. Em 2009, 2010 e 2011 os cursos foram realizados com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos

(UNISINOS). Até o ano de 2012, foram formados mais de mil sanitaristas, em 32 edições nacionais e em 02 edições binacionais (Argentina e Uruguai).

O Curso de Especialização em Saúde Pública tem como objetivos desenvolver capacidade crítica e qualificação técnica dos profissionais de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde, ampliando a possibilidade de análise e intervenção na realidade dos sistemas Locais e Regionais de Saúde; promover a compreensão das implicações político-econômico-sociais e institucionais da prática em Saúde; estimular a troca de saberes e experiências sistemáticas e atuação em rede, buscando a implementação nas diversas realidades, de conhecimentos técnicos diretamente relacionados ao planejamento e gestão de políticas e programas de saúde; estabelecer uma reflexão sobre as políticas públicas e as políticas de saúde e sua importância na melhoria da qualidade de vida das pessoas e populações; contribuir para a produção de conhecimentos estratégicos em Sistemas de Saúde, com a utilização de informações e indicadores de saúde; contribuir para a instrumentalização de profissionais ligados ao setor saúde, em relação às competências nas áreas de atenção, educação e gestão em saúde; fortalecer a prática da educação permanente e continuada; valorizar as relações de trabalho dos profissionais de saúde nos diversos pontos de atenção no sistema de saúde.

Além destes cursos, a ESP/RS realizou em parcerias com diversas instituições os cursos de Especialização em: Enfermagem Obstétrica; Enfermagem Neonatal; Odontologia em Saúde Coletiva; Saúde da Família; Saúde Mental Coletiva com ênfase na atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas; Enfermagem na Atenção Básica; Direito Sanitário; Comunicação em Saúde; Humanização da Atenção e Gestão do SUS; Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Educação e Informação em Saúde: ênfase na Educação Popular em Saúde.

A Escola de Saúde Pública oferece também o Programa de Residência Integrada em Saúde (RIS), que compreende os programas de Residência Multiprofissional e Médica. A RIS compreende cinco ênfases: Atenção Básica; Dermatologia Sanitária, Pneumologia Sanitária, Saúde Mental Coletiva e Vigilância em Saúde. A partir de 2013, a ESP/RS passou a contribuir com outras instituições e

secretarias municipais de saúde para o credenciamento de novos programas de residência médica de forma descentralizada nos municípios: São Lourenço do Sul (Psiquiatria), Alegrete (Psiquiatria e Medicina de Família e Comunidade), e Sapucaia do Sul (Psiquiatria, Pediatria, Clínica Médica e Anestesiologia).

A ênfase em Saúde Mental Coletiva passou por mudanças significativas no período de 2011 a 2014. Até o ano de 2011, os residentes dessa ênfase tinham sua formação predominantemente vinculada ao Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP). Cerca de 75% da formação estava inserida neste local de profissionalização. Este fato vinha sendo avaliado como um equívoco na formação, contradizendo a Lei da Reforma Psiquiátrica, pois preconizava um modelo de formação distante dos ideais da luta antimanicomial e da realidade que os profissionais encontram no SUS. Bem como, encontrava-se em descompasso com a proposta de desinstitucionalização que é diretriz da saúde mental no Estado. A RIS passa então a orientar suas ações em consonância com esta diretriz, rompendo a lógica manicomial e fortalecendo as redes substitutivas. Paralelamente, a ênfase passou por processo de descentralização, chegando hoje aos municípios de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Lourenço do Sul e Alegrete, além de Porto Alegre.

Como componente deste processo de descentralização da RIS, a ênfase em Atenção Básica passou a ser desenvolvida em outros municípios, além de Porto Alegre. Hoje, estão contemplados também os municípios de Esteio, Sapucaia do Sul, Venâncio Aires e Alegrete.

Quanto à pesquisa, a Escola integra a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (OBSERVA-RH), coordenada pelo Ministério da Saúde, que compõe um projeto de âmbito continental da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Tem como objetivo proporcionar o acesso a informações e análises sobre recursos humanos de saúde no país, apoiar a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas setoriais, bem como a regulação social dos sistemas de educação e trabalho em saúde.

A ESP/RS participa da gestão compartilhada do Programa Pesquisa para o SUS, articulando as diversas organizações de pesquisa da área da saúde,

integrantes por princípio do SUS no Rio Grande do Sul, sejam próprias da SES ou vinculadas a Instituições de Ensino e Pesquisa, públicas ou privadas.

No campo da Pesquisa em Saúde destaca-se, ainda, a participação da ESP/RS na condução do processo de construção da Política Estadual de Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde.

O Comitê de Ética na Pesquisa em Saúde (CEPS) da ESP/RS é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo no desenvolvimento da pesquisa institucional dentro de padrões éticos. O CEPS/ESP é vinculado à Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul e foi criado em 15/02/2001 pela Portaria 183/2001, atendendo às normas da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A renovação do registro do CEPS/ESP junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP (CNS) ocorreu em 29/01/2014, no cumprimento da Resolução CNS nº 466/12.

O CEPS/ESP é formado por representantes da Escola de Saúde Pública Ambulatório de Dermatologia Sanitária (ADS/SES/RS); do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS/SES/RS); do Hospital Sanatório Partenon (HSP/SES/RS); da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades do RS (FADERS) e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). É também membro do CEPS/ESP um representante dos usuários do sistema de saúde, indicado pelo Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre.

A ESP/RS é responsável pela produção do Boletim da Saúde que teve sua primeira publicação no ano de 1969, sob a direção do médico sanitarista e escritor Moacyr Scliar. Desde seu início o boletim tem se pautado na divulgação de artigos produzidos por profissionais do sistema único de saúde e universidades com sede no estado. Transformou-se em um espaço para divulgar não apenas a produção científica regional, mas nacional e internacional, no campo da saúde coletiva.

Em 2002, foi criado o Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde (CEIDS), que transformou a biblioteca em um serviço de informação

bibliográfica e documental condizente com a variada gama de responsabilidades institucionais, com ações propositivas para dar conta do embasamento teórico-reflexivo e referencial científico e tecnológico, na abrangência da SES/RS e, interinstitucionalmente, na ambiência dos demais centros formadores em saúde pública do país (ARMANI, 2006, p. 111). O CEIDS participa do trabalho com os NURESC como facilitador no processo de educação, pois disponibiliza a informação e a documentação necessária para a formação, capacitação e qualificação profissional.

Desta forma a ESP/RS vem contribuindo para a formação de trabalhadores para o SUS, em pontos estratégicos do Rio Grande do Sul, bem como desenvolvendo ações de educação em saúde para qualificação do controle social, de movimentos sociais e a maior integração com instituições formadoras visando à qualificação do ensino em saúde em seus diversos âmbitos.

A ESP/RS integra a Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública/Coletiva, espaço de diálogo permanente entre instituições de ensino de saúde no Brasil, favoráveis à construção de consensos em torno de uma educação permanente que valorize a transformação das práticas profissionais e da organização do trabalho e que fortaleça o controle social. A coordenação da Rede é de responsabilidade do Grupo de Condução composto por representantes de dez Escolas da qual a ESP/RS tem participado desde 2009. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2014)

No cenário atual e como perspectiva de futuro, a ESP/RS considera, como Educação em Saúde Coletiva e Educação Permanente em Saúde, práticas educativas entre trabalhadores, movimentos sociais, conselhos, instituições de ensino e gestores de políticas públicas em saúde e intersetoriais, que não se reduzem aos domínios técnico-científico e profissional e se fundamentam em relações orgânicas de acompanhamento, assessoramento e/ou apoio nos cotidianos das redes de cuidado.

Assume assim, a tradução da “clínica centrada no usuário” em itinerários formativos singulares que integram trabalho e educação (inseparabilidade do pensar

e do agir), e inter-relacionam distintos campos de saber (saberes populares, ciências sociais e da saúde).

A ESP/RS busca deste modo a configuração em redes de educação- interações, conexões e fluxos entre múltiplos “nós” coletivos organizados de produção em saúde. Desde a referência da Educação Permanente em Saúde, interroga-se sobre os modos de gestão do trabalho e potencializa o controle social, ao afirmar a indissociabilidade de gestão, atenção, educação e participação.

Em novembro de 2013 foi aprovada a Resolução 590/2013 instituindo a Rede de Educação em Saúde Coletiva, que visa qualificar o processo de educação permanente em saúde por meio de intercâmbios interinstitucionais envolvendo gestão, formação, conselhos, trabalhadores, com fortalecimento dos Núcleos Municipais de Educação em Saúde Coletiva (NUMESC).

4 PRINCIPAIS ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO

4.1 Residência Integrada em Saúde

É uma modalidade de educação profissional pós-graduada multiprofissional, de caráter interdisciplinar, desenvolvida em ambiente de serviço, mediante trabalho sob supervisão (trabalho educativo).

Fundamentada nos princípios do SUS, a RIS orienta e acompanha atividades de atenção integral à saúde em serviços da rede pública (própria, contratada ou conveniada do SUS), promovendo atividades de reflexão sobre a prática de atendimento e atuação em Saúde Coletiva.

Trata-se de uma forma integrada de residência por estabelecer a integração dos programas de pós-graduação na modalidade de formação em serviço da Secretaria Estadual da Saúde; a integração entre trabalho e educação; a integração de diferentes profissões na equipe de saúde (campo e núcleo de saberes e práticas profissionais em articulação permanente); a integração entre ensino, serviço, controle social e gestão do SUS; bem como a integração dos campos das ciências biológicas, humanas e sociais.

A RIS é de responsabilidade da ESP/RS e é constituída pelos programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional. Desenvolve-se em diferentes ambientes de ensino em serviço, que constituem os locais de profissionalização, funcionando de maneira articulada às diferentes estratégias de educação permanente dos trabalhadores de saúde destes espaços. Cada ênfase compreende diferentes locais de profissionalização, recorrendo a outras unidades de aprendizagem na busca da diversificação dos cenários de práticas.

Trata-se, enfim, de uma proposta que visa preparar e especializar profissionais para a atuação no SUS, buscando desenvolver aprendizagens para a atenção integral à saúde, que venham se traduzir em acolhimento aos usuários, estabelecimento de vínculos terapêuticos, responsabilização pelo cuidado à saúde, ampliação permanente da resolutividade da ação e estímulo continuado à autonomia das pessoas na proteção a sua saúde.

Atualmente são cinco as áreas de ênfase da Residência Integrada em Saúde, assim distribuídas:

- **Atenção Básica**

Locais de Profissionalização: Rede Intersetorial de Saúde nos municípios de Porto Alegre, Esteio, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires, assim como em outros municípios que mantenham acordos de cooperação técnica com a ESP/RS.

Público: Graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social.

Titulação: Para médicos, Residência em Medicina de Família e Comunidade. Para as demais profissões, Residência em Atenção Básica em Saúde Coletiva – Aperfeiçoamento Especializado.

- **Saúde Mental Coletiva**

Locais de Profissionalização: Hospital Psiquiátrico São Pedro, Rede Intersetorial de Saúde nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul e São Lourenço do Sul, assim como em outros municípios que mantenham acordos de cooperação técnica com a ESP/RS.

Público: Graduados em Medicina, Educação Artística, Educação Física, Enfermagem, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Titulação: Para médicos, Residência em Psiquiatria. Para as demais profissões, Residência em Saúde Mental Coletiva – Aperfeiçoamento Especializado.

- **Pneumologia Sanitária**

Locais de Profissionalização: Hospital Sanatório Partenon e Rede Intersetorial de Saúde nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, assim como outros municípios que mantenham acordos de cooperação técnica com a ESP/RS.

Público: Graduados em Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia e Serviço Social.

Titulação: Residência em Pneumologia Sanitária - Aperfeiçoamento Especializado.

- **Dermatologia Sanitária**

Locais de Profissionalização: Ambulatório de Dermatologia Sanitária e Rede Intersetorial de Saúde nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, assim como outros municípios que mantenham acordos de cooperação técnica com a ESP/RS.

Público: Graduados em Medicina, Farmácia, Nutrição, Psicologia e Serviço Social.

Titulação: Para médicos, Residência em Dermatologia. Para as demais, Residência em Dermatologia Sanitária - Aperfeiçoamento Especializado.

- **Vigilância em Saúde**

Locais de Profissionalização: Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS), Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (CGVS) e Rede Intersetorial de Saúde nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, assim como outros municípios que mantenham acordos de cooperação técnica com a ESP/RS.

Público: Graduados em Geografia, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Física, Biologia, Farmácia, Nutrição, Medicina Veterinária, Enfermagem e Saúde Coletiva.

Titulação: Residência em Vigilância em Saúde - Aperfeiçoamento Especializado.

Abaixo, nos quadros 02, 03 e 04 é possível visualizar o número de vagas ofertadas na Residência Integrada em Saúde, no período de 2011-2015, nas diferentes ênfases e áreas de formação:

Quadro 02: Distribuição das vagas da Residência Multiprofissional em Saúde (RMULTI), na ESP/RS, por categoria profissional, área de ênfase e município no período de 2011-2015.

		RIS 2011-2015				
		2011	2012	2013	2014	2015
Atenção Básica em Saúde Coletiva (R1)						
Porto Alegre	Enfermagem	7	5	4	5	4
	Farmácia	2	-	3	-	2
	Fisioterapia	2	2	2	2	2
	Fonoaudiologia	-	-	1	1	1
	Nutrição	4	2	3	4	4
	Odontologia	7	4	6	4	2
	Psicologia	3	2	2	2	3
	Serviço Social	4	1	4	2	5
	Terapia Ocupacional	-	-	-	2	-
Esteio	Enfermagem	-	1	1	2	1
	Fonoaudiologia	-	1	1	1	2
	Farmácia	-	-	1	-	1
	Fisioterapia	-	-	-	-	1
	Nutrição	-	-	-	-	1
	Odontologia	-	-	-	1	1
	Psicologia	-	1	1	1	1
Sapucaia do Sul	Enfermagem	-	3	5	5	5
	Educação Física	-	1	-	-	-
	Fisioterapia	-	1	-	-	-
	Nutrição	-	1	-	-	-
	Odontologia	-	3	5	5	5
	Psicologia	-	1	-	-	-
	Terapia Ocupacional	-	1	-	-	-
Venâncio Aires	Enfermagem	-	-	1	1	1
	Nutrição	-	-	1	1	1
	Psicologia	-	-	1	1	1
Saúde Mental Coletiva (R1)						
Porto Alegre	Educação Artística	2	2	3	1	1
	Educação Física	2	2	3	1	1
	Enfermagem	3	3	2	1	1
	Psicologia	2	2	3	1	2

	Nutrição	-	1	-	-	-
	Serviço Social	3	3	2	1	1
	Terapia Ocupacional	2	2	2	1	1
Canoas	Enfermagem	-	-	-	1	1
	Educação Artística	-	-	-	1	1
	Educação Física	-	-	-	1	1
	Serviço Social	-	-	-	1	1
	Psicologia	-	-	-	1	1
	Terapia Ocupacional	-	-	-	1	1
Esteio	Enfermagem	-	-	-	1	-
	Educação Artística	-	-	-	1	1
	Educação Física	-	-	-	1	1
	Serviço Social	-	-	-	1	-
	Psicologia	-	-	-	2	-
Sapucaia do Sul	Enfermagem	-	-	1	1	1
	Educação Artística	-	-	1	1	1
	Educação Física	-	-	1	1	1
	Serviço Social	-	-	1	1	1
	Psicologia	-	-	1	1	1
	Terapia Ocupacional	-	-	1	1	1
São Lourenço do Sul	Enfermagem	-	1	1	1	1
	Educação Artística	-	-	1	1	1
	Educação Física	-	1	1	-	1
	Serviço Social	-	1	1	1	1
	Psicologia	-	1	1	1	1
	Terapia Ocupacional	-	-	1	1	1
Pneumologia Sanitária (R1)						
Porto Alegre	Enfermagem	1	1	1	1	1
	Fisioterapia	1	1	1	1	1
	Psicologia	1	1	1	1	1
	Serviço Social	1	1	1	1	1
	Terapia Ocupacional	-	1	1	1	-
Dermatologia Sanitária (R1)						
Porto Alegre	Enfermagem	2	1	1	1	1
	Nutrição	-	1	1	-	1
	Psicologia	2	1	1	1	1
	Serviço Social	-	1	1	1	1
Vigilância em Saúde (R1)						

Porto Alegre	Ciências Exatas	-	-	-	1	1
	Ciências Biológicas	-	-	-	1	1
	Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas	-	-	-	2	1
	Ciências da Saúde	-	-	-	6	7
	Ciências Agrárias	-	-	-	2	2
	Ciências Humanas	-	-	-	1	1
Gestão e Educação em Saúde Coletiva (R3)						
Porto Alegre	Profissionais da Equipe de Saúde, egressos de Programas de Residência Multiprofissional ou em área profissional	12	3	-	-	-
Esteio		-	1	-	-	-
Sapucaia do Sul		-	1	-	-	-
Santa Cruz do Sul		-	1	-	-	-
São Lourenço do Sul		-	1	-	-	-
Total		63	65	78	90	92

Fonte: Quadro elaborado com bases nos editais de seleção da RIS: nº 01/2010; nº 03/2011; nº 02/2012; nº 06/2013; nº10/2014.

Quadro 03: Distribuição das vagas da Residência Médica, na ESP/RS, segundo as áreas de ênfase e município no período de 2011-2015

Residência Médica					
	2011	2012	2013	2014	2015
Dermatologia – R1 (3 anos)					
Porto Alegre	3	3	3	3	3
Medicina de Família e Comunidade – R1 (2 anos)					
Porto Alegre	4	2	2	3	3
Sapucaia do Sul	-	3	3	2	3
Esteio	-	1	1	1	-
Canoas	-	-	-	2	-
Alegrete	-	-	-	2	-
Santa Rosa	-	-	-	1	-
Venâncio Aires	-	-	-	1	1
Psiquiatria – R1 (3 anos)					
Porto Alegre	5	5	8	5	5
Psiquiatria da Infância e da Adolescência – R4 (1 ano)					

Porto Alegre	1	-	2	2	2
Total	13	14	19	19	14

Fonte: Quadro elaborado com bases nos editais de seleção da RIS: nº 01/2010; nº 04/2011; nº 03/2012; nº06/2014; nº 07/2014; nº11/2014.

Quadro 04: Distribuição das vagas da Residência Médica dos programas desenvolvidos por municípios/instituições em parceria com a ESP/RS no período 2014-2015

Residência Médica		
	2014	2015
Psiquiatria – R1 (3 anos)		
Alegrete	2	2
São Lourenço do Sul	5	5
Sapucaia do Sul	2	2
Pediatria - R1 (2 anos)		
Sapucaia do Sul	2	2
Medicina de Família e Comunidade – R1 (2 anos)		
Alegrete	2	2
Anestesiologia – R1 (3 anos)		
Sapucaia do Sul	2	2
Clínica Médica – R1 (2 anos)		
Sapucaia do Sul	2	2
Total	17	17

Fonte: Quadro elaborado com bases nos editais de seleção da RIS: nº 01/2010; nº 04/2011; nº 03/2012; nº06/2014; nº 07/2014; nº11/2014.

4.2 Ensino de Pós-graduação

No ano de 2014, a Coordenação de Ensino de Pós-graduação elaborou cinco projetos de cursos de especialização com objetivo de obter credenciamento e autorização para oferta e certificação dos mesmos junto ao Ministério da Educação, sendo eles:

- Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública

O curso busca desenvolver capacidade crítica e qualificação técnica dos profissionais de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde ampliando a possibilidade de análise e intervenção na realidade dos sistemas Locais e Regionais de Saúde. Através da reflexão sobre os principais desafios para a implementação e organização dos serviços de saúde e assim o avanço no processo de atenção qualificada em saúde.

O curso é presencial, destinado ao aprimoramento de profissionais de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde fortalecendo a prática da educação permanente e continuada em saúde.

➤ Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Vigilância em Saúde

Este curso busca propiciar aos profissionais que atuam em vigilância em saúde uma visão ampliada da realidade social em que são abordados os problemas de saúde em um contexto real e social. Analisa a contribuição da Vigilância em saúde para constituição das práticas profissionais, bem como o estímulo para o desenvolvimento de relações pessoais que possibilitem a troca de saberes, vivências e tomada de decisão permeadas numa relação cidadã, solidária e humanizada.

O curso é presencial destinado à qualificação de profissionais de nível superior que atuam na área da Vigilância em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, compreendendo as implicações políticas, sociais, éticas, legais em uma perspectiva multiprofissional e intersetorial.

➤ Curso de Especialização/Aperfeiçoamento em Educação e Informação em Saúde com ênfase em Educação Popular em Saúde

Este curso tem por objetivo oportunizar aos sujeitos envolvidos na defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) um espaço de problematização das práticas educativas em saúde, para a construção compartilhada de conhecimentos e articulação de redes. Possui ênfase na Educação Popular em Saúde, e se insere num conjunto de iniciativas governamentais voltadas à qualificação do SUS. Na medida em que o controle social das políticas públicas é reconhecido como

fundamental para a garantia do acesso à saúde, com qualidade e equidade, faz-se necessária a formação de atores sociais ativadores do empoderamento da população nas esferas de representação.

O curso é presencial/semipresencial visando ampliar e qualificar a inserção dos sujeitos nos espaços participativos, fortalecendo assim a participação e o controle social do SUS.

➤ Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Participativa, Políticas Públicas e Saúde

A participação da população no sistema de saúde é diretriz constitucional do SUS e, junto à descentralização da gestão e a integralidade da atenção, constitui a tríade de diretrizes do setor, conforme prevê a Constituição Federal do Brasil. O curso pretende contribuir com o fortalecimento de atores sociais, qualificando a cidadania e a compreensão das ações voltadas para a política de saúde. Esta construção se faz com a oferta de ferramentas para a análise de situação e o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e ações de saúde, bem como, o desencadeamento de processos de gestão participativa no setor e nas políticas públicas direcionadas à saúde.

O Curso será na modalidade semipresencial/EAD com aulas teórico-vivenciais, atividades de estudo a distância e práticas de intervenção social. Os módulos poderão ser descentralizados e oferecidos em universidades, entidades, secretarias municipais ou coordenadorias regionais de saúde parceiras.

➤ Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão da Atenção Hospitalar

Este curso tem como objetivo formar profissionais com capacidade analítica e sistêmica, comprometidos com as mudanças requeridas pelo Sistema Único de Saúde onde a atenção hospitalar é componente da atenção integral à saúde e, portanto, parte da rede de atenção à saúde.

Trata-se de um curso presencial, destinado à qualificação de profissionais de saúde com nível superior, preferencialmente com atuação no Sistema Único de

Saúde, nas esferas federal, estadual e municipal que estejam direta ou indiretamente vinculados com a atenção hospitalar.

Quadro 05: Principais atividades no âmbito da pós-graduação no período de 2011-2014

Curso	Período	Carga Horária	Nº de Turmas	Nº de vagas por turma
Curso de Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde	2011-2012	460h	1	35
	2014-2015	464h	1	35
Curso de Especialização em Vigilância em Saúde	2011-2012	400h	1	40
Curso de Aperfeiçoamento Especializado em Gestão da Atenção Hospitalar	2013-2014	460h	1	30
Curso de Aperfeiçoamento Gerencial para equipes municipais e regionais de saúde	2012-2014	180h	8	30

Fonte: Elaborado com base nos relatório da Coordenação de Ensino da Pós-graduação.

4.3 Educação Profissional

Atualmente a ESP/RS é responsável por diferentes cursos no âmbito da educação profissional, quais sejam: Curso de Qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde, Curso de Aperfeiçoamento em Redução de Danos e, de forma descentralizada, Curso de Auxiliar em Saúde Bucal, Curso de Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso e Curso de Formação em Saúde Mental (com ênfase em crack, álcool e outras drogas).

Quadro 06: Principais Atividades no âmbito da Educação Profissional no período 2012-2015

Curso	Período	Carga Horária	Nº de Turmas	Nº de vagas por turma	Nº de Vagas
Curso de Qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde	2013-2014	400h	8	30	240
Auxiliar de Saúde Bucal	2012-2015	600h	9	35	309

Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso	2012-2015	160h	16	35	577
Formação em Saúde Mental com ênfase em crack, álcool e outras drogas- Caminhos do Cuidado	2013-2014	60h	302	35	10570
Curso Redução de Danos	2012	160h	1	35	35
Curso Acompanhamento Terapêutico	2013-2015	180h	2	40	80

Fonte: Elaborado com base nos relatórios da Coordenação da Educação Profissional.

4.4 Educação em Saúde Coletiva

A Educação em Saúde Coletiva abrange áreas de atuação com os trabalhadores, gestores, conselhos e movimentos populares em saúde e, a articulação com instituições de ensino visando a produção de redes de aprendizagem.

No quadro abaixo se destacam as principais ações e atividades realizadas no âmbito da Educação em Saúde Coletiva no período de 2011 a 2014:

Quadro 07: Principais ações e atividades realizadas no âmbito da Educação em Saúde Coletiva no período de 2011-2014

Ações	Atividades
Apoio ao Conselho Estadual de Saúde (CES/RS) na Comissão de Educação, Informação e Comunicação em Saúde (CEPICS)	Educação Permanente com Conselheiros de Saúde (Municipais, Regionais e Estadual) Apoio à realização das conferências estadual e municipais
Rede de Educação em Saúde Coletiva (RESC)	Oficinas de elaboração do material e do texto da Resolução da RESC Aprovação da Resolução em Novembro de 2013
Educação Permanente NURESC	Oficinas regionais para elaboração de planos de trabalho e intercâmbios Adesão de 71 municípios a RESC
Apoio à CIES	Oficinas mensais de Educação Permanente com representantes de NURESC e NUMESC Articulação das comissões interinstitucionais de Educação

	Permanente, com a realização de encontros mensais.
Núcleo de Redução de Danos	Apoio/Assessoria na temática de Redução de Danos com realização de encontros bimensais da Escola de Redutores de Danos
Apoio Vivências e Estágios na Realidade do SUS - VERSUS	Realização de 17 edições de VERSUS no RS
Apoio aos Movimentos Sociais	Curso de Promotores Populares em Saúde; Educação Popular em Saúde; Rodas de Conversa sobre saúde dos povos indígenas e da população afrodescendente.
Apoio institucional	Apoio Institucional realizado por apoiadores/educadores da Escola de Saúde Pública nas regiões de Santa Maria, Ijuí, Erechim, Passo Fundo e Pelotas.

Fonte: Elaborado com base nos relatório da Coordenação da Educação em Saúde Coletiva.

4.5 Pesquisa

Principais pesquisas desenvolvidas no período de 2011 a 2014:

- É possível prevenir a antecipação do fim? Suicídio de idosos no Brasil e possibilidade de atuação no setor saúde (Coordenada pela FIOCRUZ/UFRGS, realizada em 2011-2012 com parceria da ESP/RS);
- Uma análise do processo de implantação dos Núcleos Municipais de Educação Permanente em Saúde Coletiva, enquanto estratégia de implementação das Políticas de Educação Permanente em Saúde e Humanização em municípios da 1ª Coordenadoria Regional de Saúde – Coordenada e realizada pela ESP/RS com recurso do PPSUS/ FAPERGS – em andamento desde 2013;
- Formação e humanização do SUS: avaliação dos efeitos dos processos de formação de apoiadores institucionais na produção de saúde nos territórios do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e São Paulo. (Estudo Multicêntrico que no RS foi coordenado pelo PPG de Psicologia Social e Institucional da UFRGS com parceria da ESP/RS) realizado no período de 2011-2014;
- Ação Comunitária e mobilização popular na atenção primária em saúde (coordenada pela International People's Health University (IPHU) e desenvolvida em POA no período de 2009-2013 com parceria da ESP/RS)

- Perfil dos Idosos no Rio Grande do Sul - promovida e financiada pela ESP/RS, realizada pelo Instituto de Gerontologia da PUCRS, no período de 2011-2012.

Comitê de Ética na Pesquisa em Saúde:

O CEPS/ESP realiza mensalmente reuniões, em caráter ordinário, ou extraordinariamente sempre que necessário, onde são analisados todos os projetos de pesquisa desenvolvidos pelas suas instituições constituintes, sendo que o maior volume de projetos é relativo à produção acadêmica da Residência Integrada em Saúde e dos demais cursos desenvolvidos na ESP/RS. São também realizadas ações educativas/cursos que enfatizam a importância da observância dos aspectos éticos nas pesquisas em saúde; orientações individuais e/ou a grupos de pesquisadores conforme solicitação; participação em todas as atividades teóricas da Residência Integrada em Saúde como também realiza assessoramento aos pesquisadores para utilização da Plataforma Brasil em todas as fases de tramitação dos projetos de pesquisa.

O fluxo de projetos no CEPS/ESP faz parte do sistema CEP/CONEP, cuja operacionalidade ocorre através da Plataforma Brasil, ferramenta de informações do sistema, implantada na instituição desde 01/11/2012. Desta data até 17/11/14, CEPS/ESP/RS emitiu 171 pareceres, tendo 135 projetos em andamento.

5 POLÍTICAS ARTICULADORAS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

5.1 Política de Ensino

Para orientar a ação da ESP/RS na busca e na consolidação de ensino de qualidade e transformador, serão adotadas as seguintes diretrizes:

- Adoção plena do conceito de educação permanente, do conceito ampliado de saúde e do conceito de saúde coletiva;
- Concepção de espaço de aprendizagem que contemple espaços de reflexão e de prática e integração entre ensino, serviço e pesquisa;
- Relação dialógica entre os atores da aprendizagem;
- Construção coletiva de conhecimento como base de transformação social;
- Avaliação como processo formativo e somativo, tendo como referência o aprendente em seu contexto;
- Professores e alunos mediatizados pela realidade que apreendem;
- Qualificação e consolidação do atendimento ao usuário do SUS e das condições do próprio trabalho em saúde;
- Registros fidedignos das atividades realizadas arquivadas nos setores competentes;
- Construção de redes que contemplem a finalidade e a missão da ESP/RS;
- Dimensão educativa contemplada em todos os projetos de cursos;
- Criação e desenvolvimento de cursos descentralizados;
- Atendimento às políticas de inclusão social e diversidade cultural.

5.2 Política de Pesquisa

A pesquisa na ESP/RS deve apoiar, principalmente, o fortalecimento de grupos de pesquisas, por temas, com o objetivo de potencializar suas iniciativas, a partir das seguintes diretrizes:

- Aderência às linhas de pesquisa da ESP/RS;
- Atendimento das exigências normativas do Comitê de Ética em Pesquisa;
- Promoção de atividades interdisciplinares na área da saúde e sua interface com outras políticas setoriais;

- Estímulo à realização de projetos de pesquisas nos espaços de atuação dos alunos para subsidiar os trabalhos de conclusão de curso;
- Priorização dos temas dos trabalhos de conclusão de curso aplicados às necessidades detectadas nos espaços de atuação profissional;
- Promoção do desenvolvimento de projetos de pesquisa em áreas definidas como prioritárias para o desenvolvimento e a qualificação dos recursos humanos na saúde;
- Liderança dos projetos de pesquisa por servidores da ESP/RS com título de doutor;
- Articulação com as diretrizes da Rede de Observatório de RH em Saúde para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa;
- Articulação com as diretrizes de pesquisa da FAPERGS, CAPES e CNPq, para a aprovação e desenvolvimento de projetos de pesquisa;
- Fruição das possibilidades de recursos públicos e ou privados existentes para subsidiar os projetos de pesquisa;
- Priorização de projetos de pesquisa que promovam a articulação entre curso, Rede de Observatório e serviços;
- Estímulo e promoção da publicação dos trabalhos de conclusão em publicações científicas e próprias, dando visibilidade aos trabalhos que apresentem qualidade compatível com as exigências científicas.

5.3 Política de Extensão

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que possibilita a interação com a comunidade. Na ESP/RS, essas atividades reforçam o compromisso não só com a qualificação dos trabalhadores da saúde, mas com a sociedade em que se insere. Nesse sentido, a política de extensão da Escola realiza-se a partir dos seguintes diretrizes:

- Priorização das políticas públicas na área da Saúde;
- Atendimento das demandas sociais com foco em determinados grupos de interesse sanitário e com vulnerabilidades;

- Articulação e subsidio de atividades de extensão de iniciativa de diferentes instituições e grupos;
- Priorização de liderança aos profissionais que têm conhecimento das práticas em saúde e sobre o SUS na sua área de atuação, articulado com a interdisciplinaridade e intersectorialidade, para atuar nas atividades dos cursos de extensão;
- Priorização de locais de atendimento e ou operacionalização das atividades que oferecem interface com o SUS, como serviços de saúde, instituições de ensino, Ministério Público, Judiciário, ONGs.
- Estabelecimento de carga horária adequada à necessidade da atividade;
- Oferecimento de atividades, cursos e ou eventos que demonstrem e justifiquem aderência às necessidades de qualificação para atendimento das políticas de Estado e do Governo Estadual na área da Saúde.

5.4 Política de Gestão

A gestão da Escola tem como responsabilidade a promoção dos processos acadêmicos e de profissionalização dos gestores, de forma participativa e democrática, atendidas as seguintes diretrizes:

- Estímulo à participação através de representação comprometida com a política pública de saúde;
- Estímulo à iniciativa e à autonomia na proposição de projetos;
- Avaliação como qualificadora do processo de gestão;
- Capacitação docente para a integração dos processos de ensino, de pesquisa e de extensão;
- Qualificação dos docentes e demais atores institucionais para atuação de acordo com a missão e as finalidades da ESP/RS;
- Agregação dos profissionais dos serviços de saúde à docência, à pesquisa e à extensão, em suas respectivas áreas de conhecimento;
- Articulação de ações de acordo com as finalidades da ESP/RS.
- Estabelecimento de comunicação eficiente entre os diversos setores, serviços e atividades da Escola;

- Gerenciamento das informações para sustentação das estratégias da Escola.

6. PRINCIPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

6.1 Marcos Conceituais da Educação em e na Saúde

Para situar os marcos conceituais que influenciaram a concepção do processo ensino-aprendizagem da ESP/RS buscou-se as contribuições de diversos documentos de referência no campo da educação e da saúde e que, de alguma forma, auxilia-nos a traçar o percurso que foi se delineando na interação entre estes dois campos, configurando a educação permanente em saúde como um dispositivo fundamental de promoção da saúde.

Os documentos consultados, marcos históricos para a saúde coletiva, foram as Conferências Nacionais de Saúde e de Recursos Humanos, o Relatório de Alma Ata de 1978 (BUSS, 2000), a carta de Ottawa (1ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde de 1986), e a Legislação de Educação Permanente em Saúde (2004-2007), entre outros.

Nos anos 1980, a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) com o desenvolvimento de estudo em 23 países e 155 programas, sobre o tema da educação permanente, anteviu algumas dificuldades, entre as quais podemos destacar: dispersão e falta de continuidade (esporádicas e para categorias específicas); falta de direcionalidade (tensão entre diferentes enunciados políticos); baixa cobertura territorial e entre as equipes de saúde; falta de correspondência entre a doutrina educacional enunciada e a realidade concreta dos programas.

Desta análise, impôs-se à definição de um marco teórico conceitual para propostas de Educação Permanente que valorizassem a dimensão pedagógica do trabalho em saúde. Como decorrência deste processo foi elaborado um plano pedagógico, com o objetivo de fazer da educação dos trabalhadores de saúde um processo permanente, no qual o trabalho se destacava como eixo do processo educativo, fonte do conhecimento e objeto de transformação. Tratava-se de uma proposta educativa centrada no enfrentamento dos problemas que emergem do trabalho cotidiano nos serviços de saúde.

O modo de educar ligado à Defesa da Vida passa a influenciar as ações de Educação e Saúde uma vez que a promoção da saúde envolve informações sobre si, sobre o mundo, sobre a convivência social, sobre as relações sociais; o

conhecimento das garantias constitucionais, o conceito de saúde e a construção da saúde nas interações sociais, ampliando e rompendo as fronteiras entre educação e saúde. A abordagem da clínica passa a ser considerada desde uma perspectiva ampliada, colocando em questão as diferentes formas de adoecimento e as condições de vida e trabalho (CECCIM, 2006).

A afirmação da vida pela defesa da saúde passa a ser estratégia para o desenvolvimento de possibilidades de apropriação subjetiva e coletiva de experiências, por meio do contato com diferentes saberes (artes plásticas; cinema; teatro; literatura; diversidade cultural; estudo da história, etc.), dando passagem a diversas significações para as sensações, impressões e vivências, gerando o debate sobre as transformações do mundo, da cultura e da política.

6.2 Concepção de Currículo

O currículo da ESP/RS, entendido como itinerário de formação do aluno, visa desenvolver a consciência sobre a dimensão educativa da ação em saúde. A proposta pedagógica da ESP/RS se alicerça no currículo integrado, seja através de disciplinas, unidades temáticas ou módulos que possam dialogar entre si. A organização curricular modular envolve um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores contextualizados por eixos temáticos e sustentados por um perfil profissional identificado com a complexidade do nosso tempo.

Os cursos de especialização, aperfeiçoamento e os cursos técnicos elaborados de acordo com a concepção modular contemplarão em sua organização um currículo flexível em blocos de aprendizagem, que podem ser combinados uns aos outros, de diversas maneiras, sendo os estudantes orientados pelos professores para administrarem, progressivamente, seu próprio aprendizado. Os módulos favorecem a inter, a multi e a transdisciplinaridade e têm compromisso efetivo com a integração entre teoria e prática, ensino e serviço. Para tanto, será necessário problematizar o cotidiano do trabalho, de forma crítica e reflexiva, permitindo a compreensão relacional e interativa entre profissionais, alunos, comunidade e rede de serviços.

O módulo tem organicidade própria e organicidade em relação ao todo do curso, abrangendo área temática ou competências específicas, ao mesmo tempo em que se articula e se integra ao todo. Os módulos que podem estar presentes em cada curso são:

1. Módulos comuns e ou introdutórios, que trazem à tona a história, a atenção e a gestão do Sistema Único de Saúde, e referências conceituais, tais como, ética, educação em e na saúde, vigilância em saúde, entre outros.

2. Módulos específicos, que tratam do tema principal do curso;

3. Módulo de Educação Permanente e Pesquisa em Saúde, que trata da dimensão educativa da ação na saúde; Metodologia de Pesquisa; Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Os dispositivos de integração teórico-práticos ocorrem através de seminários integradores, que serão acompanhados pelo responsável do módulo e ou professor de atividade acadêmica, construídos em diálogo com os professores de cada unidade temática e professores convidados. O objetivo dos seminários integradores é articular os diferentes conhecimentos propostos nos cursos com os problemas da prática dos serviços visando à produção de conhecimento que está se desenvolvendo.

Os módulos poderão trabalhar uma ou mais competência, desdobrada sob forma de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. O currículo integrado implica uma prática social que leva em conta o encadeamento de atividades de aprendizagem, que surgem das situações do trabalho. A partir da reflexão, deverão ser buscadas novas formas de ação, de busca ativa e de transformação das práticas existentes. Dentro dessa perspectiva:

- O trabalho é visto como um princípio educativo, uma condição para que o homem se construa a si mesmo na relação com os demais.
- Os princípios e diretrizes do SUS norteiam toda a formação profissional em saúde.
- A educação na ESP/RS abrange a formação inicial, permanente e continuada de trabalhadores da área da saúde.

- A certificação contemplará diversas possibilidades, de acordo com o itinerário percorrido pelo aluno, podendo ser parcial ou total, respeitada a forma de ingresso e os requisitos de cada curso.

A elaboração do currículo, em disciplinas ou em módulos, deve contemplar três marcos: o conceitual, o instrumental e o metodológico.

A configuração curricular nas modalidades de Educação a Distância – EAD contará com uma Rede Virtual de Aprendizagem como espaço de encontro virtual para colaborar na produção e socialização de conhecimentos coletivos, na perspectiva da mudança das práticas em saúde e intersetoriais, por meio de recursos, metodologias e tecnologias de aprendizagem, tais como portfólios; fóruns de discussão; biblioteca de arquivos; agenda de eventos e outros.

6.3. Concepção de Ensino-aprendizagem

A concepção de processo ensino-aprendizagem que vem sendo construída tem como referências o conjunto de atividades desenvolvidas pela ESP/RS no decorrer de sua trajetória, destacando-se as propostas pedagógicas do Curso de Especialização em Saúde Pública, da Residência Integrada em Saúde (Multiprofissional e Médica), dos Cursos Técnicos Profissionalizantes, e os pressupostos da educação permanente e da educação em saúde coletiva.

A presente proposta foi tecida nas discussões com diferentes setores da ESP/RS e a direção, em uma perspectiva integradora das concepções de ensino, currículo e avaliação, considerando o que vem se desenvolvendo, de forma articulada com as diferentes iniciativas de formação da ESP/RS, voltadas a formação específica sustentada na valorização do ser humano em suas múltiplas dimensões e em diferentes contextos sócio-econômico-culturais.

Considerando o conceito ampliado de saúde que consta na Constituição Federal (BRASIL,1988), que implica entre seus fatores determinantes e condicionantes, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais, os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. Somado a isto, a Lei 8.080/1990 do SUS complementa este

conceito ao indicar que as ações de saúde se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social, cabendo à educação em saúde contemplar estas intencionalidades para que se tornem efetivas nas práticas de saúde.

A nossa proposta de educação assume então o conceito ampliado de saúde proposto pela Constituição Federal e referendado pela Lei 8.080/90 ao considerá-la como um problema complexo e produção social. Saúde como equivalência de vida com qualidade (não só ausência de doença) e capacidade de enfrentar adversidades e lutar por qualidade de vida de forma criativa implica autoria, engajamento subjetivo e reconhecimento de uma coletividade.

Para melhor compreensão em relação à educação na e em saúde, cabe aqui trazer a conceituação utilizada no campo de atuação da área técnica da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde:

Educação em saúde:

processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população e não à profissionalização ou à carreira na saúde. Ou ainda, o conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar a atenção em saúde de acordo com as suas necessidades [...] potencializa o exercício do controle social sobre as políticas e os serviços de saúde para que esses respondam às necessidades da população e deve contribuir para o incentivo à gestão social da saúde [...] (BRASIL, 2007, p. 22)

Educação na saúde:

a produção e sistematização de conhecimentos relativos à formação e ao desenvolvimento para a atuação em saúde, envolvendo práticas de ensino, diretrizes didáticas e orientação curricular. (BRASIL, 2007, p. 22)

Educação permanente em saúde:

ações educativas embasadas na problematização do processo de trabalho em saúde e que tenham como objetivo a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, tomando como referência às necessidades de saúde das pessoas e das populações, a reorganização da gestão setorial e a ampliação dos laços da formação com o exercício do controle social em saúde. (BRASIL, 2007, p. 22)

O trabalho em saúde tem se construído com a interdisciplinariedade de conhecimentos; a intersectorialidade de práticas; a cooperação e inter-subjetividade; comunicação, empatia, numa forma particular de compromisso e construção de redes.

Por isto, pode-se dizer que hoje já não há mais separação entre o tempo da formação e o tempo do trabalho. Os espaços de formação e trabalho se interpenetram. A educação está inserida no espaço do trabalho e deve ser considerada como parte do mesmo, já que se formar é trabalhar.

Os desafios para o âmbito da educação na saúde que se tem vivido nos vários espaços de formação da ESP/RS indicam que contemporaneamente se faz necessário não só repensar os serviços de saúde e suas práticas, como também a formação dos profissionais de saúde, tendo em vista a consolidação do SUS e a aproximação com as principais necessidades de saúde da população, buscando-se através da educação, o caminho possível para produzir mudanças e ou rupturas no modelo assistencial e na reorganização dos serviços.

A proposta pedagógica da ESP/RS reúne a história e as construções das diferentes experiências de formação praticada ao longo de sua existência, assumindo os desafios e as dificuldades próprias da integração que se deseja, reafirmando que a transformação das práticas de saúde deve acompanhar a transformação da formação em saúde.

Nesse sentido, é preciso ter presente que a educação permanente conceituada como aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorpora ao cotidiano das organizações e ao trabalho (BRASIL, 2007), baseada em aprendizagens significativas implica reconhecer e compreender a subjetividade e complexidade, para, a partir disso, agir sobre processos de trabalho e desenvolver ações factíveis. Assim, também, o fazer cotidiano relacionado ao trabalho se constitui como espaço permanente de aprendizagem, o que por sua vez, ressignifica-o quando se instituem os processos de educação permanente.

6.4 Concepção de Avaliação

A avaliação situa-se como parte integrante do itinerário curricular, apresentando caráter processual, formativo e somativo, constituindo-se em acompanhamento sistemático da aprendizagem do aluno. Sua concepção envolve processo e produto, ambos articulados ao perfil desejado.

Dentre as concepções teóricas que embasam nossa concepção de avaliação salientamos as seguintes:

- Compreensão de que o aluno é, não só o ponto de partida, mas também o de chegada. Seu progresso só pode ser percebido quando comparado com ele mesmo: Como estava? Como está? As ações desenvolvidas entre as duas questões compõem a avaliação formativa (HADJI, 2001).

- O valor da avaliação encontra-se no fato do aluno poder tomar conhecimento de seus avanços e dificuldades, cabendo ao professor desafiá-lo a superar as dificuldades e continuar progredindo na construção dos conhecimentos (LUCKESI, 1999).

- Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, ser o instrumento dialético do avanço, ser o instrumento da identificação de novos rumos, verificando a aprendizagem não só a partir dos mínimos possíveis, mas a partir dos mínimos necessários. Os critérios são importantes, mas não são fixos e imutáveis, modificando-se de acordo com a necessidade de alunos e professores (LUCKESI, 1999).

- O importante não é fazer como se cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender (PERRENOUD, 1999).

- Avaliar é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos, e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas (HOFFMANN, 2000).

A ESP/RS adota, portanto, uma avaliação diagnóstica que respeita as formas de aprender dos alunos, seus conhecimentos e experiências prévias, suas dificuldades e pré-concepções, cabendo ao professor, interpretar as evidências,

percebendo o ponto de vista do aluno, o significado de suas respostas, os níveis de compreensão e as relações estabelecidas.

6.5 Processo de Avaliação

A avaliação, de um modo geral, enfatiza o processo de aprendizagem, assumindo a ótica da investigação. Nesse sentido, a avaliação se desenvolverá de forma compartilhada, envolvendo os diferentes atores do processo formativo, com vistas a compreender o processo do conhecimento e seus desdobramentos na prática docente.

No processo de avaliação as atividades desenvolvidas pelos alunos serão acompanhadas e avaliadas de modo contínuo pelos professores. Estes manterão constante interação com a coordenação visando à troca de informações, à apreciação conjunta das dificuldades e à busca de soluções, relacionadas às dificuldades de cada componente curricular.

O processo avaliativo comportará, portanto, diferentes procedimentos como auto-avaliação, trabalhos em grupo e individuais, apresentações orais, frequência, envolvimento e participação nas diferentes atividades curriculares propostas, avaliações escritas, e elaboração de trabalho de conclusão de curso.

Caberá aos professores a avaliação dos alunos utilizando as seguintes notas ou conceitos:

- I - Notas de 9,0 a 10,0 (Conceito A);
- II - Notas de 7,0 a 8,9 (Conceito B);
- III - Notas de 6,0 a 6,9 (Conceito C) e
- IV - Notas de 0,0 a 5,9 (Conceito D).

A nota 7,0 (sete) ou conceito final B é o mínimo exigido para aprovação em qualquer atividade curricular.

Será conferido o certificado de conclusão ou diploma de acordo com o curso ou programa ao qual o aluno estiver matriculado quando:

1. Obtiver aprovação em todas as atividades curriculares.
2. Obtiver a frequência mínima exigida nas atividades curriculares, que é de 75% (setenta e cinco por cento), com exceção do programa da RIS que é de 85%

nas atividades teóricas e teórico-práticas e de 100% nas atividades práticas, conforme Resolução nº 5 do CNRMS de 7 de novembro de 2014.

6.6 Linhas de Pesquisa

As Linhas de Pesquisa da ESP/RS estão baseadas no Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção, Participação e Controle Social, segundo Ceccim e Feuerwerker (2004). Tal opção conceitual deve-se ao entendimento de que a investigação científica na área da saúde deve contemplar os desafios da mudança do modelo de atenção à saúde, a necessária produção do conhecimento no campo da gestão do sistema de saúde, de forma indissociável da educação permanente dos trabalhadores e do fortalecimento das instâncias de participação social no SUS. Ficam assim, definidas as linhas de pesquisa da ESP/RS:

a) Atenção em Saúde: refere-se a estudos que envolvam as práticas de atenção à saúde, voltadas aos indivíduos e coletividades em todos os níveis de atenção, suas interfaces interdisciplinares e intersetoriais, a partir do enfoque da saúde coletiva. Esta linha abriga os estudos que surgem da problematização da prática cotidiana nos serviços de saúde, da implantação e fortalecimento das políticas públicas, com base na integralidade da atenção à saúde. Faz parte também desta linha, a pesquisa clínica, a qual se refere a estudos de intervenção com métodos de abordagem quantitativa que propõe inovações (seja de tratamento ou procedimento) aos serviços de saúde.

b) Gestão em Saúde: refere-se a estudos que abordam o processo de planejamento, organização e avaliação do sistema de saúde em todos os níveis e do gerenciamento dos serviços de saúde. Pressupõe a realização de pesquisas a partir do reconhecimento do território como espaço de produção de saúde.

c) Educação Permanente em Saúde: esta linha é relativa aos estudos da educação e da saúde contextualizados nos cenários de trabalho. Refere-se às investigações sobre os processos de formação empreendidos no sistema de saúde, com base filosófica no princípio pedagógico do trabalho e, operacionalmente, nas

políticas provenientes dos setores da saúde e da educação para a formação/qualificação dos trabalhadores de saúde.

d) Participação e Controle social: compõem esta linha de pesquisa os estudos referentes aos desafios enfrentados para o fortalecimento da participação da sociedade no sistema de saúde. Esta linha sustenta-se na compreensão de que o conhecimento produzido a partir dos processos participativos empreendidos em todos os níveis do sistema de saúde pode contribuir para o aumento da capacidade de intervenção dos cidadãos, de forma individual ou coletiva, na formulação, execução e avaliação das políticas de saúde.

7 PERFIL DO EGRESSO

O egresso de cursos da ESP/RS deve ser capaz de formular, implementar e avaliar propostas de intervenção transformadoras que qualifiquem a atenção em saúde e promovam a inserção social dos usuários do SUS, integrando a teoria à sua prática profissional.

Além disso, deve ser reflexivo e crítico na sua ação, que deve ser criativa, inovadora e resolutiva, com respeito às diferenças e com valorização das iniciativas construtivas, sem descuidar de uma postura ética e profissional.

8 CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A ESP/RS conta com 72 servidores, sendo 54 com ensino superior e 18 com ensino fundamental, médio ou técnico, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades da escola.

O corpo docente é constituído de servidores da ESP/RS, com vínculo estatutário, que desenvolvem suas atividades comprometidos com a missão, a visão, os valores, os objetivos e metas da Escola, sendo composto por especialistas (23), mestres (13) e doutores (12).

A título eventual, e por tempo determinado, a ESP/RS pode dispor para as atividades de formação de:

- I - Professores convidados, colaboradores, visitantes, nacionais e estrangeiros;
- II - Servidores da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, lotados em outros Departamentos que atuam como docentes convidados;
- III - Professores selecionados e contratados por meio de edital público.

9 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

9.1 Estrutura da Escola

Figura 02: Estrutura da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul



Fonte: <http://www.esp.rs.gov.br/conteudo/1493/estrutura-da-escola>. Acesso: Nov., 2014.

9.1.1 Direção

A Direção, órgão executivo que gerencia, coordena e supervisiona as atividades da ESP/RS, é exercida pelo Diretor e pelo Vice-Diretor, designados pelo Secretário de Estado da Saúde de acordo com as normas internas da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul.

9.1.2 Colegiado

O Colegiado é composto pela direção, pelas assessorias, pelos coordenadores das divisões/coordenações e representantes dos 19 NURESC. Tem por atribuição formular o planejamento, as diretrizes e normas gerais da Escola, definir as ações de educação em saúde a serem desenvolvidas no estado de forma descentralizada, estabelecer diretrizes para cooperações técnicas e parcerias, monitorar e avaliar o desempenho institucional.

9.1.3 Assessorias

- Assessoria de Comunicação

À Assessoria de Comunicação da ESP/RS compete assessorar a direção, as coordenações e os NURESC na política institucional de comunicação e no relacionamento com a imprensa, desenvolvendo suas ações de forma integrada com a Assessoria de Comunicação da SES. Por meio de diversas mídias, busca divulgar e informar a sociedade sobre as ações, projetos e realizações da ESP/RS. Entre suas principais atribuições está a de estruturar a comunicação externa e interna da instituição por meio de planejamento, implementação, gerenciamento e uso de tecnologias e mídias existentes; manter atualizados os sítios eletrônicos e a intranet sob sua responsabilidade e assessorar na organização e realização de eventos.

- Assessoria Pedagógica

À Assessoria Pedagógica da ESP/RS compete assessorar a direção, as coordenações e os NURESC na política institucional de educação em saúde coletiva e educação permanente em saúde. Entre suas principais atribuições estão o acompanhamento e assessoramento no planejamento, realização e avaliação das diversas ações educativas desenvolvidas pela ESP/RS.

- Assessoria Técnica

À Assessoria Técnica da ESP/RS compete assessorar a direção, as coordenações e os NURESC, nas questões técnico-administrativas e de gestão da tecnologia da informação. Entre suas principais atribuições estão também a coordenação do planejamento, monitoramento e avaliação das atividades e projetos desenvolvidos pela ESP/RS, tendo representação junto ao GT de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS na SES.

9.1.4 Coordenações/Divisões

- Educação Profissional

A Coordenação de Educação Profissional é responsável pelo planejamento, acompanhamento e coordenação do ensino profissional, sob forma de cursos de formação profissional, qualificação básica e especialização em área profissional. Também é responsável pelo desenvolvimento de programas de formação inicial e continuada, técnica e de educação permanente dos profissionais de nível médio para as diversas áreas de atenção à saúde, visando à formação e à qualificação de profissionais para o SUS.

- Ensino de Pós-graduação

À Coordenação Ensino de Pós-Graduação compete planejar, acompanhar e coordenar o ensino de pós-graduação *lato sensu*, desenvolvendo cursos de especialização ou aperfeiçoamento na área da Saúde, conforme diretrizes da educação nacional e estadual. Também executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

- Residência Integrada em Saúde

À Coordenação da Residência Integrada em Saúde é responsável pelo planejamento, acompanhamento e coordenação do Programa de educação em ambiente de serviço, sob a forma de Residência Integrada em Saúde (RIS), que

envolve as Residências Médica e Multiprofissional em Saúde, mantida no âmbito da ESP/RS e das instituições vinculadas à administração estadual e municípios parceiros. Entre suas principais atribuições estão o estabelecimento do currículo em consonância com a legislação, com a especificidade de cada ênfase, com as políticas de saúde e educação vigentes; a organização do calendário letivo; a articulação e interlocução com os municípios e instituições onde a residência está ou venha a estar inserida; o gerenciamento das vagas a serem ofertadas em cada Programa de Residência, de acordo com as necessidades do SUS e condições dos campos de práticas; o desenvolvimento de estratégias para promover a qualificação e educação permanente de preceptores e tutores nas áreas de ensino e pesquisa, bem como a execução de outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

- Educação em Saúde Coletiva

À Coordenação de Educação em Saúde Coletiva é responsável pelo planejamento, acompanhamento e coordenação das ações de educação em saúde coletiva e de educação permanente em saúde envolvendo os profissionais de saúde e demais atores sociais inseridos no Sistema Único de Saúde. Entre suas atribuições estão a realização de eventos e/ou de debates, desenvolvimento de ações interinstitucionais e de assessoramento promovendo a interlocução com políticas setoriais de educação como a educação popular em saúde, a educação para a participação e o controle social e a redução de danos.

- Apoio a Organização e Infraestrutura

À Coordenação de Apoio à Organização e Infraestrutura compete planejar, acompanhar, coordenar e executar as atividades de apoio à organização e infraestrutura da ESP/RS, envolvendo a gestão financeira, de recursos humanos, de materiais e equipamentos e de informática. Também executa outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

Esta coordenação está constituída por três equipes de trabalho:

1- Apoio Operacional e Infraestrutura

Responsável pelas atividades de apoio que envolve as áreas de protocolo, almoxarifado, reprografia, material e patrimônio, manutenção; acompanhamento e supervisão dos serviços de empresas terceirizadas para vigilância, higienização, serviços gerais e transporte; desenvolvimento de atividades na área de informática envolvendo o apoio técnico e a integração com a Divisão de Informática da SES.

2- Recursos Humanos

Responsável pelas atividades de gerenciamento da vida funcional dos servidores, estagiários e profissionais cedidos de outros órgãos. Também participa do planejamento e coordenação de projetos de desenvolvimento e educação permanente dos servidores da ESP/RS.

3- Financeiro, Convênios e Contratos

Responsável pelas atividades de acompanhamento financeiro de projetos, elaboração de termos de referência, minutas de contratos, convênios e termos de cooperação técnica com posterior acompanhamento; instrução e acompanhamento de processos de pagamento. Além disso, orienta e realiza a confecção de especificações e orçamentos para serviços e aquisição de produtos.

- Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é responsável pelo planejamento, coordenação e realização dos registros acadêmicos e acadêmico-administrativos de todas as atividades educativas desenvolvidas pela ESP/RS ou com sua participação.

Entre as suas Competências destacam-se:

- Responsabilização pela guarda, sigilo e atualização dos arquivos;
- Atendimento ao público externo e interno;
- Divulgação de editais publicados pela ESP/RS;
- Emissão de documentos (certificados, declarações, atestados e históricos);
- Realização de matrícula de discentes selecionados em cursos e programas oferecidos.

- Pesquisa e Documentação

A Coordenação de Pesquisa e Documentação é responsável pelo planejamento, acompanhamento e coordenação das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito científico tecnológico e pelo assessoramento no desenvolvimento de projetos de pesquisa de acordo com as diretrizes e linhas de pesquisa da ESP/RS. Também é responsável pela coordenação da Estação de Trabalho ESP/RS que integra a Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (Rede ObservaRH) do Ministério da Saúde, cujo propósito é produzir estudos e pesquisas, bem como propiciar o mais amplo acesso a informações e análises sobre a área do trabalho e da educação na saúde no País, com vistas a contribuir para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e projetos na área de Recursos Humanos.

Estão vinculados a esta Coordenação:

- Comitê de Ética na Pesquisa em Saúde: Responsável pela revisão ética das pesquisas em saúde, atendendo aos regulamentos nacionais.
- Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde (CEIDS): Responsável pelo gerenciamento dos recursos informacionais e documentais, pela organização e disseminação da informação, servindo de referência na área de saúde pública e saúde coletiva; pela recuperação e preservação da memória histórico-institucional da saúde pública/saúde coletiva gaúcha; pelo assessoramento aos Núcleos de Informação e Documentação em Saúde (NIDS) presentes junto aos NURESC nas 19 Coordenadorias Regionais de Saúde da SES e pelo apoio as atividades discentes e docentes.

10. CARACTERIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO

10.1 Instalações Físicas

A ESP/RS possui uma sede própria situada à Avenida Ipiranga 6311, no Bairro Partenon, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul - Fone: (51) - 3901-1470. Compreende um total de 1.680,50 m² de área construída e 1.802,50 m² de área externa, dotada de recursos estruturais para execução de suas atividades. A ESP/RS conta ainda com um prédio anexo situado em área próxima, na Rua Nelson Duarte Brochado da Rocha, nº 2, com 2.554 m² de área construída. Tais instalações estão equipadas com insumos audiovisuais (data show, tela de projeção, computadores, notebooks, equipamentos de som e vídeo, TV tela plana) e infraestrutura de informática que garante a adequada implementação das atividades de ensino.

O espaço físico do prédio principal é distribuído em dois pavimentos, os quais têm passado por melhorias e sinalização para atendimento a pessoas com deficiência.

No térreo está localizado 01 (um) auditório com capacidade para 90 lugares, recepção, secretaria acadêmica, sala dos professores, sala da assessoria de comunicação, sala de reprografia, copa, salas das equipes de Apoio operacional e infraestrutura, Recursos humanos, Contratos, convênios e financeiro, sala da coordenação de ensino de pós-graduação, sala da coordenação de educação em saúde coletiva, sala da coordenação de pesquisa e comitê de ética, sala da coordenação da educação profissional, sala da coordenação da residência integrada em saúde, banheiros masculinos e femininos, gabinete da direção com área de recepção, sala da direção, banheiros masculino e feminino, sala de apoio ao gabinete com as assessorias técnica, pedagógica e a coordenação de apoio a organização e infraestrutura da ESP/RS.

No segundo pavimento está localizada a biblioteca setorial, laboratório de Procedimentos de Ensino, banheiros masculino e feminino, seis salas de aula e laboratório de informática.

Na área externa da ESP/RS localiza-se o estacionamento interno para os funcionários e o externo aberto aos alunos e visitantes, além de uma edificação com banheiro e almoxarifado.

O espaço físico do prédio anexo conta com seis salas de trabalho, uma sala de arquivo, um laboratório de informática, quatro salas de aula, uma sala de convivência para os alunos do Programa de Residência Integrada em Saúde, o Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde (CEIDS), uma copa, banheiros feminino, masculino e para professores e pessoas com deficiência. Na área do estacionamento temos ainda um auditório com capacidade para 80 pessoas.

10.2 Laboratórios

A ESP/RS possui dois laboratórios de informática que servem de espaço para os alunos desenvolverem o manuseio de dados, equipados com 28 computadores possibilitando ao aluno pesquisar, organizar, guardar, tratar, calcular e processar informações, de modo a utilizar adequadamente softwares, em geral.

Também conta com um Laboratório de Procedimentos de Ensino que é um espaço para os alunos desenvolverem competências através das práticas laboratoriais associadas aos conteúdos dos cursos. Está equipado com todo instrumental, aparelhos e material de consumo necessário para subsidiar a prática, favorecendo um aprendizado diferenciado e seguro. Este laboratório será usado para a prática dos cursos técnicos de enfermagem, hemoterapia e vigilância em saúde, além de outros cursos de qualificação técnica.

10.3 Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde – Biblioteca

O CEIDS e a Biblioteca Setorial contam com quatro bibliotecárias e ocupam uma área física de 220 m² no prédio anexo e 61 m² no prédio principal.

Atende a uma clientela formada por alunos dos cursos de Pós-Graduação, Residência Integrada em Saúde, Cursos Técnicos, Cursos de Aperfeiçoamento, Extensão e Qualificação, funcionários da Secretaria da Saúde, professores da

ESP/RS, alunos dos cursos de graduação e pós-graduação na área da saúde das Universidades locais e regionais e comunidade em geral de todo o Estado.

O horário de atendimento ao público é das 8 horas 30 minutos às 18 horas, de segunda a sexta-feira. Oferece os seguintes serviços: consulta local; empréstimo; Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos (SCAD/BIREME); pesquisa em base de dados da saúde; orientação na elaboração de trabalhos acadêmicos com acesso local as normas da ABNT, bem como disponibiliza acesso à internet para estudo e pesquisa.

Conforme quadro apresentado abaixo, o CEIDS conta com o seguinte acervo:

Quadro 08: Acervo do Centro Estadual de Informação e Documentação em Saúde

Tipo de Documento	Quantidade
Livros	7.525 títulos
Periódicos	759 títulos correntes e não correntes
Vídeos, DVD's, CD's, CD-Room	606 DVDs e 340 CDs
Assinaturas de revistas e jornais	ABRASCO, CEBES, ABEC
Dicionários	26
Enciclopédias	1 título
Assinaturas Eletrônicas - Portais	ABNT
Total	8.918

Fonte: Relatórios do CEIDS.

REFERÊNCIAS

ARMANI, Teresa Armani. **Formação de sanitaristas**: cartografias de uma pedagogia da educação em saúde pública. Caxias do Sul: Educus, 2007. 193 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm>. Acesso: nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso: nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 162, 22 ago. 2007b, seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário temático**: gestão do trabalho e da educação na saúde. Brasília, DF, 2007. 56 p. (Série A Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 295/2013, aprovado em 4/12/2013. Apreciação do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, que subsidia o ato de credenciamento e reconhecimento de Escolas de Governo para oferta de pós-graduação *latu sensu*. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 maio. 2014. Seção 1, p. 28.

BUSS, Paulo. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 163-177. 2000.

CAMPOS, Gastão W. S. **A saúde pública e a defesa da vida**. São Paulo: Hucitec, 1994.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **PHYSIS**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 41-65, 2004.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://rededeescolas.ensp.fiocruz.br/node/1>>. Acesso em: nov. 2014.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito & desafio**: uma perspectiva construtivista. 29. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Carta de Ottawa. In: BUSS, Paulo M. (Org.) **Promoción de la salud pública**: una contribución para debate entre las escuelas de salud de América Latina. Washington, DC, 1986.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. 183 p.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 13.812, de julho de 1962. Cria na Secretaria da Saúde a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, 14 jul. 1962.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Resolução nº 590/13 – CIB/RS. Instituir a Rede de Educação em Saúde Coletiva no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/upload/1384449785_cibr590_13.pdf>. Acesso: nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Escola de Saúde Pública. **Editais de Abertura – Processos Seletivos Públicos – Residência Multiprofissional**: nº 01/2010; nº 03/2011; 04/2011; 02/2012; 03/2012; 06/2013; 10/2014. Disponíveis em: <<http://www.fundatec.org.br/home/portal/concursos/>>. Acesso: nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Escola de Saúde Pública. **Editais de Abertura – Processos Seletivos Públicos – Residência Médica**: nº

01/2010; nº 04/2011; nº 03/2012; nº06/2014; nº 07/2014; nº11/2014. Disponível em: <<http://www.fundatec.org.br/home/portal/concursos/>>. Acesso: nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Escola de Saúde Pública. **Estrutura da Escola**. Disponível em: <<http://www.esp.rs.gov.br/conteudo/1493/estrutura-da-escola>>. Acesso em: nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **Coordenadorias Regionais de Saúde**. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/lista/104/Coordenadorias_Regionais>. Acesso em: nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. **Projeto Pedagógico Insitucional**. Porto Alegre, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 43.069, de 30 de abril de 2004. Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Saúde, altera o disposto no Decreto nº 35.920, de 12 de abril de 1995, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso: nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 45.560, de 19 de março de 2008. Cria a Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul – ETSUS/RS, em Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso: nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 44.050, de 05 de outubro 2005. Aprova o regimento interno da Secretaria dá Saúde. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em: nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 13.812, de 11 de julho de 1962. Cria na Secretaria da Saúde a Escola da Saúde Pública do Rio Grande Sul. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em: nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Info. AJ/SES nº 303/2010. Objeto: Status Jurídico da ETSUS da ESP. Porto Alegre, 2010.